

## Inspirações atlânticas e imagens brasileiras na representação de Cabo Verde<sup>1</sup>

Víctor Barros

Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

Bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian no Programa de Doutorado em Altos Estudos Contemporâneos (História Contemporânea e Estudos Internacionais Comparativos), Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. Investigador não doutorado do Centro de Estudo Interdisciplinares do Século XX, Universidade de Coimbra - CEIS 20.

[v-barros@hotmail.com](mailto:v-barros@hotmail.com)

### Resumo

Com o presente título pretendemos fazer um breve diagnóstico sobre a forma como o Atlântico, enquanto espaço e extensão marítima, subjaz ao próprio enredo que possibilitou a construção e a “invenção” colonial de Cabo Verde e a articulação deste com o Brasil. Nesta sequência, procuraremos inquirir sobre a problemática da circulação de ideias que, por referência ao Brasil, permitiu imaginar uma forma de representação de Cabo Verde (entre 1930 e 1950), tanto através da tentativa articulação com Portugal (enquanto Metrópole) como também com o Atlântico (enquanto palco que possibilitou o trânsito que estruturou as relações de poder em tempo de colonização).

**Palavras-chave:** Atlântico, Cabo Verde, Brasil.

### Considerações iniciais

As representações e as imagens do Atlântico não são unânimes. Elas oscilam, por vezes, entre a alegoria de um oceano líquido misterioso (povoado de mitos e outras representações tenebrosas) e a de um corredor líquido das grandes aventuras marítimas. Por outro lado, mais do que espaço de diálogo, de encontros e desencontros, o Atlântico representa também a alegoria e a realidade que tornou possível a construção do império. Assim, ele surge como o Oceano a partir do qual se esboçou as teias de ligação da metrópole com as suas periferias coloniais. Nesta mesma senda, o Atlântico foi também um espaço de trânsito e de circulação de ideias que eram apropriadas, transportadas e exportadas para construção de representações sobre outros mundos culturais e sociais e sobre o *Outro*. Aliás, o transporte e a exportação de determinadas categorias para a tentativa de interpretação e representação de novas realidades que o domínio da navegação no Atlântico permitia, teve

---

<sup>1</sup> A realização deste trabalho contou com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian.

repercussões profundas na forma como ainda hoje imaginamos as diferentes realidades que povoam os diversos mundos que transcendem a nossa fronteira geográfica e a nossa limitada capacidade de apreensão e reconstrução do processo de alteridade e de reconhecimento da diferença e da diversidade. Contudo, não podemos perder de vista que foram as grandes narrativas (sejam elas teóricas ou literárias) que fundaram as mais diversas representações, da qual ainda hoje servimos para imaginar não só o Atlântico mas também outros espaços que ele bordeja.

Com o presente ensaio pretendemos pôr em debate um pequeno diagnóstico sobre a forma como o Atlântico, enquanto espaço e extensão marítima, subjaz ao próprio enredo que possibilitou a construção e a “invenção” de Cabo Verde e a articulação deste com o Brasil. Nesta sequência, importa ter sempre em atenção também a problemática da circulação de ideias que, por referência ao Brasil, permitiu imaginar uma forma de representação de Cabo Verde. Contudo, mesmo quando reconhecemos que estas duas realidades (Cabo Verde e Brasil) passaram por processos de formação social e histórica diferenciados, não podemos negligenciar a influência que o trânsito de determinadas concepções (formuladas para interpretar a realidade brasileira) teve na formatação da imagem do Cabo Verde colonial e contemporâneo (século XX). Uma representação que não deixa de ter no Atlântico a sua base fundamental, tendo em conta também a sua sobrevalorização na narrativa que sacraliza a epopeia marítima desencadeada por Portugal. Neste caso, o discurso apoteótico da aventura marítima não dispensa a importância de Portugal na modulação da rota marítima atlântica, como também no próprio processo de “criação” e “reprodução” “civilizacional” de pontos avançados da metrópole na América e na África. Daí que o Atlântico subjaz aqui como um elo susceptível de articular uma possível memória colonial partilhável entre Cabo Verde e Brasil, tanto por referência ao tráfico de escravos como também por referência à inserção de Cabo Verde na rota marítima atlântica que articulava Portugal com Brasil.

## **1. Cabo Verde: as ilhas, a insularidade e a mística do mar**

Cabo Verde é um pequeno arquipélago africano (composto por dez ilhas e alguns ilhéus), localizado na zona tropical do Oceano Atlântico a cerca de 450 a 500 km da costa do Senegal. A sua inserção nas grandes narrativas históricas se dá com o processo da ocupação e exploração das ilhas pelos portugueses a partir do século XV. Até então, a versão historiográfica prevaiente incide sobre a tese segundo a qual as ilhas eram desabitadas aquando da chegada dos exploradores em 1460.

A força da insularidade imposta pelo cerco líquido do mar marca significativamente o imaginário cabo-verdiano, tanto na sua relação com a terra firme como também na representação imaginária de outros mundos existentes

para além das fronteiras líquidas que cercam as ilhas. Por isso, mais do que uma constante, o mar é parte constituinte do repertório material que define a paisagem identitária da própria nação. Daí a força real com a qual ela se impõe tanto na demarcação dos limites e na formatação da geografia, como também na força simbólica com que insufla a imaginação do cabo-verdiano para além dos limites do horizonte, convidando-o ininterruptamente à evasão. É por isso que o mar, apesar de bordejar o litoral da terra firme das ilhas, não deixa também de se impor contraditoriamente como espaço aberto mas que cerca e aprisiona.

Por isso, o mar deve ser visto como “ser simbólico e mítico”<sup>2</sup>, passagem que leva à concretização das epopeias dos povos conquistadores, sedentos na busca e na descoberta do mundo, do *Outro* e à descoberta da alteridade. O mar é a simbologia de uma estrada para chegar ao conhecido como também para encontrar o desconhecido, o mítico, o fantasmagórico, o desejado, tudo aquilo que envolve a existência mágica do ser insaciável: o mar que ajuda a construir o império e que também ajuda a unificá-lo. Esse mar que esboça as teias de ligação com o império tem um funcionamento duplo ou bipolarizado “como metáfora espacial que não se opõe à terra, mas antes a continua, e como espaço fecundante e de dimensão gnoseológica, através da viagem”<sup>3</sup>. Então no contexto da realidade e do enredo imperial “o mar aparece como horizonte não de fronteiras mas de continuidades com significantes que convergem para um subtexto ideológico em diálogo com outros discursos que constroem o tecido da **colonialidade**”<sup>4</sup>. Daí que, no desertar para a aventura, o mar alimenta o imaginário do homem como sendo o “espaço de uma epopeia sonhada com o resto das epopeias mortas e nele inscritas o[u] reescritas com a linha tinta indelével da Utopia com as cores da nossa Barbárie insepulta”<sup>5</sup>. E como o mar está para o mundo assim como a terra está para os povos, a arte de navegação incita a conhecer os mistérios do mundo uma vez que “l’espace maritime emerge comme celui d’une connaissance directe, comme l’espace d’un voyage où la découverte essentielle est celle du savoir”<sup>6</sup>.

Uma das imagens possíveis do mar para os povos insulares é a alegoria da condenação ao isolamento que contribui, por sua vez, para a representação circundante da ilha face à imensidão do mar infinito. Contudo, numa perspectiva mais abrangente, podemos considerar que o mar transporta um

---

<sup>2</sup> LOURENÇO, Eduardo. “Os Mares de Pessoa”. In: MAGALHÃES, Isabel Allegro de. *et all.* (Coord.). *Literatura e Pluralidade Cultural*. Lisboa: Edições Colibri, 2000, p.762.

<sup>3</sup> MATA, Inocência. “A Viagem Como Expressão de Alteridade – Mar e Viagem/Portugal e África: Uma Reflexão a Partir de Um *Corpus* Sobre a África”. In: MAGALHÃES, Isabel Allegro de. *et all.* (Coord.). *Literatura e Pluralidade Cultural*. Lisboa: Edições Colibri, 2000, p.902.

<sup>4</sup> *Ibidem*. Negrito no original.

<sup>5</sup> Eduardo Lourenço. *Art. cit.*, p.765.

<sup>6</sup> SEIXO, Maria Alzira. “L’Écriture du Voyage et la Recherche de L’Altérité”. In: MAGALHÃES, Isabel Allegro de. *et all.* (Coord.). *Literatura e Pluralidade Cultural*. Lisboa: Edições Colibri, 2000, p. 781.

certo sentido de universalidade real, simbólica e abstracta através da elaboração de uma cosmovisão que o converte em símbolo de vida. Vida essa cuja génese está enraizada nas profundezas oceânicas da água primordial e do caldo cósmico que determinaram o princípio de todas as coisas na terra: daí a alegoria do mar como elemento mítico onde reside o caldo primordial das origens.

Na verdade estas alegorias transfiguram o mar, convertendo-o numa espécie de caldo místico. Caldo este que evoca a busca metafísica dos mares que há no mar e da viagem que determina o destino a partir das partidas do nosso porto de embarque. Directa ou indirectamente, a busca do nosso destino através do mar é estimulada pela narrativa da heroicidade dos grandes marinheiros e pelos efeitos ficcionais que a ideia de terra longe, com todas as suas mitologias das viagens, exerce sobre nós, criando assim a ânsia pela busca daqueles mares que nunca atravessamos, e pelo desejo de ancoragem noutros portos, noutros cais que propiciam o espectáculo da contemplação da vida marítima, das chegadas e das partidas, do cosmopolitismo portuário e urbano.

Mas a realidade do mar é composta também por uma vertente trágico-marítima, da aventura sem retorno, dos naufrágios, do desaparecimento, dos perigos, ... É a imagem do mar de todos os desgostos possíveis explícita na aparência de “l’embouchure des fleuves, ouverture que le continent hostile offre aux voyageurs et l’océan orageux, abîme de revolte et de mise à mort”<sup>7</sup>. Esta é a representação do mar a contrapor com a da terra como terreno de segurança e de construção. Este lado escuro ou desconhecido que “desafia a imaginação a traçar monstros na bruma, configurando receios indizíveis”<sup>8</sup> porque, apesar de o mar nos alimentar a fantasia de atravessar um limite e enfrentar o outro lado que fica além, também não podemos esquecer que é esse mesmo mar que “sempre tem produzido pavor, posto que é uma superfície por onde não se pode caminhar. Representava o maior dos perigos, a ausência total de limites e de espaço”<sup>9</sup>. Daí a diabolização do mar e dos elementos oceânicos: o mar das desventuras.

Não podemos esquecer que, para o ilhéu, o mar é a face do seu dilema existencial, equacionado no problema da fuga, do ficar e do regresso; o seu mar é o mar da liberdade e o mar da prisão: primeiro, da liberdade porque é o caminho aberto e o convite constante para a evasão dado que “o mar representa o arquétipo da dinâmica da vida, do exílio voluntário (estranhamente doloroso). Vida entendida como trajecto, como trânsito para um Mais Além –

<sup>7</sup> *Ibidem*, p.780.

<sup>8</sup> CADETE, Teresa S. “A Galeria e a Casca de Avelã: O Mar Virtual e a Vocação Continental”. In: MAGALHÃES, Isabel Allegro de. *et all.* (Coord.). *Literatura e Pluralidade Cultural*. Lisboa: Edições Colibri, 2000, p.834.

<sup>9</sup> ORTEGA, Ángel Antonio López. “Espaço e Simbologia do Mar nos Relatos de Viagens”. In: MAGALHÃES, Isabel Allegro de. *et all.* (Coord.). *Literatura e Pluralidade Cultural*. Lisboa: Edições Colibri, 2000, p.940.

*Peregrinatio vitae* – como contínua peregrinação<sup>10</sup>. Em segundo lugar, por ser mar prisão; imagem de cinta aquática que afoga os sonhos dos homens na terra firme das ilhas: naufrágio virtual provocado pela concepção do mar como muralha envolvente e intransponível da fatia de terra da ilha emersa.

É na dinâmica da elaboração desses sonhos virtuais que emerge a figura do poeta/escritor ilhéu como ser literário que faz do mar um sujeito poético sempre presente na conformação de metáforas marinhas, na relação entre o histórico e o poético<sup>11</sup>. Perante estas considerações não podemos deixar de sublinhar o papel da literatura enquanto complexo que organiza a representação e a concepção da relação homem/meio. Por exemplo, a dimensão da realidade insular cabo-verdiana está perpetuada na transparência poética dos seus escritores: “a **viagem** e o **mar** são *topoi* da literatura cabo-verdiana, funcionando até como signos fundadores da expressão literária cabo-verdiana, de radiação geo-sócio-económica, com projecção cultural, embora a viagem possa também funcionar como obsessão de insularidade, como na poesia de Jorge Barbosa”<sup>12</sup>. Neste caso, o mar desperta assim um poder de fascínio nos poetas e escritores que fazem dele um objecto de espectáculo fantasmagórico através dos versos dos seus poemas.

Na simbologia cristã dos místicos o mar significava um mundo de paixões. Neste caso a vida humana era vista como um naufrágio, entendendo este também como símbolo de paixões. Daí que a imagem sacralizada do mar é um modelo da vida humana concebido na sua relação com o transcendente através da ligação por uma nau. Assim “o mar seria então um mediador entre os homens e Deus. Alguns afogam-se, outros conseguem atravessá-lo. E para isso é preciso uma nau”<sup>13</sup>.

O mundo interior é o mundo da ilha; um mundo aberto para o mar e fechado sobre si mesmo. Um espaço fechado. Por esta razão ela [ilha] funciona sempre como “destino de desterrados e anacoretas”<sup>14</sup>, ou como espaço que desperta algum encantamento devido ao cerco líquido oceânico. Isto é, o cerco é uma das fatalidades que se impõe ao homem insular, mas convém salientar que este cerco gera também toda uma simbologia mítica entre a ilha como espaço fechado e o seu imaginário face ao outro mundo sem limites. Deste modo, a ilha “représente ce monde clos, limite, qui est celui de l’île, face à un autre, illimité, inconnu, redoutable, peuplé, (...) de monstres terrifiants”<sup>15</sup>.

<sup>10</sup> *Ibidem*.

<sup>11</sup> MATA, Inocência. *Art. cit.*, p.898.

<sup>12</sup> *Ibidem*. Negrito e itálico no original.

<sup>13</sup> ORTEGA, Ángel Antonio López. *Art. cit.*, p.942.

<sup>14</sup> *Ibidem*.

<sup>15</sup> BINET, Ana Maria Binet. “Voyage(s) Vers Les Îles Fortunées”. In : MASSA, Mme Françoise (Textes réunis et présentés par). *Les Îles Atlantiques: Réalités et Imaginaire*. Actes du colloque organisé par l’équipe ERILAR. Université Rennes. 2, Octobre, 1999, p.227.



Por outro lado, este mundo aberto pode representar uma ameaça para o mundo insular por ser, por vezes, a figuração de um mundo dominado pelo caos que se encontra mergulhado num elemento líquido desorganizado, semelhante àquele que precedeu a estruturação da vida. E, a contrapor esta imagem, a ilha aparece como

“un centre, un véritable lieu sacré, une composante essentielle d’une géographie mythique, non soumise aux contraintes de l’espace physique. Elle y figure comme le point d’intersection du Ciel, de la Terre et de l’Abîme, ou Enfer, pour utiliser une terminologie religieuse. Elle y apparaît comme le lieu où l’homme pourrait retrouver le Paradis Perdu, lieu hors de l’espace réel, point de fuite par rapport aux routes tracées par l’Histoire. Ainsi, qu’elle soit réelle ou bien imaginaire, l’île apparaît souvent entourée de voiles tissées par le rêve. Réserve ultime de l’espoir de découverte d’une perfection terrestre, elle reste le lieu d’une exception à l’échelle humaine, dont l’image fondatrice serait celle du Paradis Perdu biblique. C’est sans doute cette île qui nourri les rêves des grands navigateurs, porteurs des espérances de toute une communauté, concernant non seulement d’éventuels succès matériels, mais aussi des découvertes d’ordre spirituel, qui confirmeraient les enseignements de l’Eglise”<sup>16</sup>.

A ilha é, deste modo, um mundo cheio e rico de componentes que ganham a sua configuração concreta depois de uma combinação importante entre o eixo vertical cósmico e o espacial:

“haut/bas, oiseau/fourmi, géant/naine –, et de l’axe horizontal, social et temporel – ici/là-bas, proche/lointain, endogame/exogame – espace sans cesse aux prises avec l’imaginaire. Ile-carrefour et non île-refuge, espace où tout se joue et se noue à la limite du stable et du mobile, le monde terrestre des géants et l’univers aquatique des naines. A chaque changement d’espace, la répétition des limites introduit le rappel du même tout en signalant le différent”<sup>17</sup>.

A ilha parece ser uma espécie de parte física, restos abandonados de um continente; ou seja, destroços físicos do continente. Por esta razão ela representa também um espaço físico marcado por uma dualidade: “d’une extension extrême entre deux pôles d’attraction de même parente, l’île, petite mais immédiate et précise, et la patrie, située dans un ailleurs mythique”<sup>18</sup>. Se na ilha impõe o isolamento como condição de vida cercado pelo mar, então a insularidade e o desenraizamento são dois elementos constitutivos da estrutura

<sup>16</sup> *Ibidem*, p.228.

<sup>17</sup> VERDDONI, Dominique. “Imaginaire Insulaire et Métaphorique de L’Étranger: L’Inter-Dit du Mélange”. In: CAUNONE, Belinda (Textes réunis et présentés par). *Le Bonheur en Littérature. Représentations de l’Autre et de l’Ailleurs*. s/l : Klincksieck, 1998, p.244.

<sup>18</sup> *Apud* RIVAS, Pierre. “Insularité et Déracinement dans la Poésie Capverdienne”. Paris : Fondation Calouste Gulbenkian. Centre Culturel Portugais, 1985, p.292.

antagônica da condição do ilhéu: a ambivalência oscilatória do ser que parte e do ser que fica.

A cissiparidade da “l’insularité de exil et l’exil de l’insulaire; le double énoncé contradictoirement vrai de l’île comme monde petit mais traversée d’une nostalgie et d’une puissance des ailleurs qu’elle s’agrandit aux dimensions de l’univers (...) opposition et parallélisme de l’aventure intérieure de l’insulaire et de l’expérience du déraciné, car l’île est un monde et le monde est une île et les seules aventures sont intérieures”<sup>19</sup>.

Em síntese, podemos dizer que a sacralização do espaço faz da ilha uma espécie de terra mística onde o homem ilhéu vive e busca compreender o mito das origens, da passagem do caos à ordem cósmica da criação do mundo; isto é, da passagem do caos, da terra vazia e sem forma, onde predominavam as trevas sobre a face do abismo, até ao momento em que se fez a separação entre a luz e as trevas. Se o mar é o elemento que cerca o mundo insular, o ilhéu não deixa de ser um herói na luta contra os limites da fatalidade da sua condição de “náufrago” da terra firme da própria ilha, um encalhado. Portanto, por referência à mística do mar, a ilha situa-se na geografia da imaginação humana no ponto central entre a gênese primordial das coisas, a fantasia ex[r]ótica da vida na ilha dos amores e da perdição (alegoria do Jardim de Éden, *ínsula paradisíaca*), e o apocalipse.

## 2. O Atlântico como espaço mítico de pertença

A noção de Atlântico não fica somente pela simples descrição física e geográfica do oceano que bordeja e banha parte da costa litoral dos três continentes (África, América, Europa). Quando pensamos no Atlântico para além desses limites, elevamos a imaginação para as mais variadas figurações que podem ser associadas à sua representação, desde a ideia de mar dos mitos, das utopias e dos heróis, passando pela alegoria da matéria líquida onde a Atlântida se encontra submersa, até à sua possível representação como oceano romântico e suposto destino de localização da ilha dos amores, dos paraísos terrestres, dos Édenes perdidos e das ilhas afortunadas. Por isso, como já referimos, a sua representação não deixa de ser paradoxal, principalmente quando pensamos que, por um lado, o Atlântico foi o espaço marítimo e rota de transformação das vias de comunicação e de trocas de ideias e de valores materiais e simbólicos, tanto na “descoberta” do *Outro* (fora dos limites da Europa) como também na “auto-descoberta” que a Europa, inconscientemente, fazia de si mesma: não podemos esquecer que neste processo de “contacto” com outros mundos, a dialéctica da alteridade pela qual a Europa estava a ser

---

<sup>19</sup> *Ibidem*, p.293.

convocada nesse encontro com o *Outro* foi substituída pela imposição do mito da força hegemônica da sua suposta superioridade. Por outro lado, neste paradoxo das figurações do Atlântico encontramos também a memória da sua representação como mar de passagem e de trânsito dos navegadores e dos grandes baleeiros, mar dos horrores das travessias dos tráficos dos navios negreiros e das epopeias trágico-marítimas, mar de ligação da metrópole (centro do Império) e as suas periferias coloniais, mar cujo cerco líquido impõe e força o isolamento dos deportados nas ilhas de desterro, mar dos naufrágios e dos naufragos da terra longe, assim como mar de indefinível e incomensurável estado líquido, do qual não conseguimos discernir outro cenário que não seja a realidade da linha do horizonte a pairar sobre a face austera do abismo e do vazio.

Assim, importa ter sempre presente que as dissemelhanças envoltas das diversas representações do Atlântico resultam tanto da memória histórica das diferentes épocas, como também dos mitos e das utopias subjacentes à formatação dos arquétipos paradisíacos e dos sonhos utópicos que estiveram por detrás da construção do mundo atlântico<sup>20</sup>.

O Atlântico como espaço mítico de pertença é aqui problematizado e analisado a partir da sua existência enquanto “mundo” não uniforme. Parece pertinente clarificar duas das principais vertentes a partir das quais podemos situar a relação de Cabo Verde com o Atlântico: primeiramente, através da associação do arquipélago a determinadas referências que fazem parte do imaginário mítico atlântico; segundo, a partir da associação entre alguns momentos da história do arquipélago com a conjuntura proporcionada pelo ciclo Atlântico. Por exemplo, em relação à primeira vertente, podemos assegurar que são várias as referências que dão conta das diversas representações sobre o arquipélago como espaço mítico celebrado na encruzilhada entre o mundo atlântico e a costa africana, correspondendo assim à “morada das medusas ou Hespérides que guardavam o jardim em que se encontravam as maçãs de ouro ofertadas a Hera, aquando dos seus esponsais com o deus dos deuses”<sup>21</sup>. Não menos importante também é a alegoria das ilhas como destroços de continentes perdidos e submersos, “resto mítico da Atlântida”, ou ainda a sua representação como prolongamento do paraíso terreal, lugar de deleite mas também associado ao significado escatológico da existência, resultante da concepção cristã do mundo. Fora do quadro mítico destas representações, a realidade histórica é bem mais cruel e dramática nas ilhas de Cabo Verde, principalmente quando associamos a representação do

<sup>20</sup> Sobre a narração e a representação mítica do mundo atlântico veja-se: FERREIRA, Maria I. Rodrigues. *Mitos e Utopias na Descoberta e Construção do Mundo Atlântico*. 1ª Ed. Madeira: Centro de Estudos de História do Atlântico. Secretaria Regional do Turismo e da Cultura, 1999; MIEIRO, Elisabete M. Costa. *A Atlantização Mítica do Éden. Novos Mundos, Novos Paraísos*. Coimbra: Dissertação (Mestrado em História da Expansão Portuguesa). Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2001.

<sup>21</sup> MIEIRO, Elisabete M. Costa. *Ob. cit.*, p.67.



arquipélago à definição das suas ilhas como terra de degredo e destino considerado adequado para a prática do desterro e prisão. Assim, fixadas no seu insulado destino, e escravas dos limites impostos pela força líquida do mar, as ilhas de Cabo Verde fazem parte da rota dos destinos coloniais e atlânticos que ficaram marcados pela dramática epopeia da deportação dos condenados políticos<sup>22</sup>.

Contudo, a ligação de Cabo Verde ao Atlântico não fica somente pela sua representação mítica de suposto arquipélago das Hespérides, ilhas afortunadas, e muito menos ainda pela referência às suas ilhas como um dos antigos destinos atlânticos da deportação política. Nas margens destas representações encontramos precisamente a segunda vertente à qual já fizemos referência, sobre a importância do ciclo atlântico na inserção de Cabo Verde na rota marítima dos séculos XV, XVI e XIX. É daqui que vem a noção de Atlântico como espaço de “diálogo”, de encontros, de desencontros e de confrontos, de violência e também como corredor de trocas, de apropriações e de imposições materiais e simbólicas. É nesta sequência que Cabo Verde se insere nestas redes que articulavam o entrecruzamento dos diferentes continentes, validando assim a sua localização geográfica como potencial dispositivo geoestratégico. Aliás, pensamos que a relação de memória e a memória de relação com o Atlântico advém sobretudo da inclusão do arquipélago nos diferentes momentos do ciclo conjuntural atlântico, tanto nos contextos das navegações e dos comércios dos séculos XV e XVI (o ciclo da Ribeira Grande, Santiago), como também do século XIX (o ciclo do Porto Grande do Mindelo, São Vicente), a partir das viagens transatlânticas e intercontinentais de navegação a vapor, considerados hoje factos consensuais na historiografia caboverdiana<sup>23</sup>. Estamos assim perante realidades associadas ao ciclo atlântico e que podem ser consideradas importantes para a compreensão do processo de formação histórica e social de Cabo Verde, tendo em conta toda a dinâmica produzida pelo Atlântico e pela colonização no campo da estruturação das redes de relações de poder entre os diferentes grupos que se estabeleceram no arquipélago desde os primórdios da ocupação (séc. XV) e na própria definição do lugar do arquipélago no contexto deste mesmo mundo colonial e imperial. Daí, podemos considerar que a referência ao Atlântico transporta, em certa medida, a memória de fundação de Cabo Verde enquanto colónia e veicula uma certa referência simbólica de “invenção” e, ao mesmo tempo, de explicitação do nascimento de uma sociedade resultante do processo de miscigenação ao qual o Atlântico serviu como palco.

<sup>22</sup> BARROS, Vítor. *As Ilhas Como Espaços de Deportação e de Prisão no Estado Novo*. Coimbra: Dissertação (Mestrado em História Contemporânea). Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2008.

<sup>23</sup> Veja-se por exemplo: CORREIA E SILVA, António. *Histórias de um Sahel Insular*. 2ª. Ed. Praia: Spleen Edições, 1996, pp.33-55; *Nos Tempos do Porto Grande do Mindelo*. Praia. Mindelo: Centro Cultural Português, 2000; *Combates pela história*. Praia: Spleen Edições, 2004, pp.79-95.

Porém, não podemos esquecer que este palco de miscigenação transporta também a memória da violência, dos constrangimentos, das adaptações de valores e imposição dos códigos, dos olhares e das representações subjacentes à própria dinâmica das relações de poder que se estabelecem em contextos de dominação. Aliás, a explicitação discursiva sobre a mestiçagem caboverdiana transporta sempre a representação do Atlântico como grande palco a partir do qual se efectivou o “cruzamento” cultural e, conseqüentemente, a suposta síntese dos mundos que pelo arquipélago passaram; resulta daí a sacralização do Atlântico como o mar das travessias, das partidas, dos encontros, mas também dos desencontros e das diásporas.

Mesmo quando determinadas referências românticas convocam o Atlântico como o grande espaço de travessia, a apropriação e representação das memórias das viagens dessas mesmas travessias diverge em função do porto a partir do qual se elabora a narrativa da viagem. Com isto queremos dizer que a construção da narrativa de quem atravessou o Atlântico a partir da Europa é seguramente diferente daquele que fez ou que foi obrigado a fazer essa travessia da África para a América ou para a Europa. Um exemplo bem evidente do desencontro dessas narrativas encontra-se, primeiramente, na ideologia que sustenta e acompanha a celebração das viagens de “descobertas”, com todos os silêncios que estas “descobertas” encobriram. Numa outra dimensão, se tomarmos o comércio atlântico de escravos como ponto de enunciação, seguramente que a perspectiva da travessia desse mesmo Atlântico (das “descobertas”) ganha outras formas discursivas. É o caso por exemplo das narrativas nostálgicas a partir das quais as sociedades ou as diásporas afro-negras e crioulas exaltam parte dos seus referenciais identitários e romantizam as suas raízes ancestrais que ficaram algures na ideia de uma África longínqua, da qual foram arrancadas em resultado do tráfico de escravos. Estamos assim perante modalidades discursivas diferentes que funcionaram ou que funcionam de acordo com as suas referências e coordenadas básicas de representação que são o tempo e o espaço. E, tal como foi salientado por Stuart Hall, “diferentes épocas culturais têm diferentes formas de combinar essas coordenadas espaço-tempo”<sup>24</sup>. Por esta razão, ao perspectivarmos a ocupação de Cabo Verde a partir da segunda metade do séc. XV e a sua inclusão, a partir do séc. XVI, nos contextos das relações atlânticas (Europa, África, América) que dinamizaram a lenta e a posterior emergência de uma sociedade mestiça e crioula, podemos então considerar o Atlântico como parte da geografia real e imaginária a que o arquipélago está intrinsecamente ligado, e do qual reivindica uma certa memória de “origem” social e cultural das heranças que resultaram dos fluxos e dos contactos que entrecruzaram o arquipélago entre os diferentes mundos civilizacionais e culturais. Ou seja, em termos simples significa dizer que, das conseqüências

---

<sup>24</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p.70.

que directa ou indirectamente os fluxos atlânticos tiveram na animação do processo de formação social e cultural do arquipélago, podemos considerar que, simbolicamente, o Atlântico representa uma espécie de caldo primordial, a matéria líquida das “origens” a partir do qual se elabora o mito oceânico da fundação social e cultural do arquipélago. Então, por referência a este oceano das “origens”, Cabo Verde elabora e projecta uma parte da sua identidade (supostamente de “vocaçãõ” atlântica), construindo assim as suas geografias reais e imaginárias que também incorporam outras definições identitárias de pertença: primeiramente, em relação a África sempre presente e real, da qual o arquipélago se encontra geográfica e politicamente enquadrado; segundo, em relação a uma Europa distante e imaginária, da qual o arquipélago não faz parte, mas também assume discursivamente a matriz europeia como parte da sua formação social e cultural.

Portanto, a materialidade que caracteriza a situação geográfica do arquipélago tem no Atlântico o argumento de justificação de determinadas posições tendentes a objectivar certas lógicas de aproximação de Cabo Verde a outros mundos continentais e culturais, independentemente da sua pertença real a África.

### 3. Inspirações atlânticas e imagens do Brasil

Directa ou indirectamente, as imagens do Brasil e as inspirações atlânticas (por referência à presença material de Cabo Verde neste Oceano) constituem uma constante nas formas de representação de Cabo Verde. A partir da década de 1930, a imagem identitária de Cabo Verde passa por um processo de formatação profundamente tributária de algumas concepções que tinham sido postas em destaque para a realidade brasileira. Dois factores são fundamentais para percebermos esta problemática: primeiramente, a tentativa de elaboração de uma imagem de Cabo Verde como uma espécie de extensão ou apêndice da então metrópole (Portugal); seguidamente, a apropriação e utilização constante e sistemática das ideias que começaram a ser lançadas por Gilberto Freyre em 1933 (*Casa Grande & Senzala*) e que foram posteriormente desenvolvidas nas obras subsequentes.

A ideia segundo a qual o processo de formação social e cultura de Cabo Verde confirmava a importância que este espaço ganhava no contexto do Império e na “civilização” constituía a base fundamental da justificação do mito da especificidade cabo-verdiana<sup>25</sup>. A questão fundamental estava na tentativa de justificação de Cabo Verde como espaço de “civilização”: daí a concepção

---

<sup>25</sup> Cf. BARROS, Víctor. “Sob o signo da celebração do império: o discurso colonial e o mito da especificidade caboverdiana”. In: MWEWA, M., FERNANDES, G. e GOMES, P. (Org.). *Sociedades Desiguais: Gênero, Cidadania e Identidades*. São Leopoldo – RS – Brasil. Editora: Nova Harmonia, 2009.

segundo a qual Cabo Verde não devia ser considerada como uma colônia igual às demais, tendo em conta o “nível civilizacional” da sua população e o sentimento patriótico com que os cabo-verdianos revelavam o seu amor pela grande Mãe-Pátria lusa. A apoteose da representação e da celebração cultural de Cabo Verde é elevada a um ponto tal que alguns não se obstaram de considerar que o arquipélago representava a prova mais eloquente da capacidade colonizadora de Portugal. Neste caso, Cabo Verde não constituía uma consequência da imprevisibilidade que os processos históricos imprimem na formação das sociedades humanas mas, simplesmente, um resultado dos efeitos que a adaptação portuguesa produzia na sua especial “capacidade” de contacto com os povos colonizados; ou seja, para o discurso colonial, o arquipélago revelava ser uma prova viva e material daquilo que era a verdadeira “vocaçãõ colonial” de Portugal. Assim, por referência ao Portugal metropolitano enquanto depositário dos valores universais, Cabo Verde era discursivamente considerado, entre as colônias africanas, como o melhor resultado da transmissão dos valores da civilização aos povos colonizados: “trata-se, por conseguinte, de uma das melhores provas da excelência dos processos portugueses de colonização, sem o valor dos quais dificilmente se compreenderia que tivéssemos criado o Brasil e que possamos falar de um Portugal Ultramarino”<sup>26</sup>.

Sendo assim, parecia legítimo chamar a atenção para a necessidade de não se desconsiderar o suposto “lugar” de Cabo Verde como uma província portuguesa que diferenciava das demais províncias metropolitanas somente por referência às características intrínsecas da sua condição insular, geográfica e pelo exotismo cultural inerente à adaptação que as heranças culturais lusas ganharam durante o processo da colonização<sup>27</sup>. Portanto, a fundamentação da aparente especificidade de Cabo Verde que lhe aproximava da metrópole vinha bastante atrelada na perspectiva de valorização de manifestações culturais consideradas como adaptação de motivos europeus<sup>28</sup>. Assim, por influência de uma visão colonial e por influência de uma perspectiva essencialista sobre a realidade africana, pensava-se que social e culturalmente o arquipélago tinha desenvencilhado das formas de manifestações consideradas características dos núcleos populacionais da África continental<sup>29</sup>. Daí o mito da suposta

<sup>26</sup> OLIVEIRA, José Osório. *As Ilhas Portuguesas de Cabo Verde*. Porto: Companhia Nacional de Educação de Adultos, Oficinas da Imprensa Portuguesa, 1955, p.22.

<sup>27</sup> Cf. NETO, Sérgio. *Colônia Mártir Colônia Modelo. Cabo Verde no pensamento ultramarino português (1925-1965)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

<sup>28</sup> Cf. BARROS, Víctor. “As «sombras» da *Claridade*: entre o discurso de integração regional e a retórica nacionalista”. In: TORGAL, Luís Reis *et all* (Coord.). *Comunidades Imaginadas: Nações e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp.193-217.

<sup>29</sup> Cf. BARROS, Víctor. “Sob o signo da celebração do império: o discurso colonial e o mito da especificidade caboverdiana”. In: MWEWA, M., FERNANDES, G. e GOMES, P. (Org.). *Sociedades Desiguais: Gênero, Cidadania e Identidades*. São Leopoldo – RS – Brasil. Editora: Nova Harmonia, 2009.

semelhança cultural e “civilizacional” do arquipélago em relação à metrópole e da construção discursiva da sua representação como “Brasil miniatura”<sup>30</sup>.

Porém, a tentativa de representar Cabo Verde como um “Brasil miniatura” ou como uma região portuguesa, mas com características tropicais, não dispensou o bálsamo teórico de alguns axiomas lançado por Gilberto Freyre na sua obra magistral, *Casa Grande & Senzala*. Aliás, em Cabo Verde, entre os intelectuais da década de 1930 e 1940, todo o processo de fundamentação do “lugar” deste arquipélago no contexto da colonização portuguesa passou, primeiramente, pela identificação de algumas manifestações culturais que poderiam constituir o seu reportório cultural e, de seguida, pela apropriação de alguns postulados teóricos de Gilberto Freyre para o trabalho de fundamentação hermenêutica da realidade social e cultural das ilhas. Por exemplo, em 1936, ficou explícito que a interpretação da especificidade que caracterizava a realidade social e cultural das ilhas tinha que subsidiar-se de algumas ilações expostas por Freyre para o caso brasileiro. Com base na adaptação de algumas ideias que tinham sido expostas por aquele sociólogo em 1933, alguns intelectuais cabo-verdianos e metropolitanos não deixaram de exaltar a obra colonial de Cabo Verde como um exemplo paradigmático das maiores provas da “excelência da colonização portuguesa”, representando assim esta colônia como uma espécie de campo avançado das virtualidades da “civilização” portuguesa em África<sup>31</sup>.

Em síntese, podemos considerar que este processo de apropriação das ideias que tinham sido formulados para a interpretação da realidade social e histórica brasileira foi paulatina e constante. À medida que as obras de Freyre iam surgindo, maior parecia ser a convicção entre os intelectuais cabo-verdianos de que se estava perante uma fórmula teórica passível de responder aos problemas da exegese de uma realidade cultural e social que correspondia plenamente ao modelo analítico exposto pelo sociólogo brasileiro. Por isso, a construção da ideia de especificidade cabo-verdiana (entre 1930 e 1950) foi embalsamada pelas ideias lusotropicalistas de Gilberto Freyre, cujas pretensões explicativas, em 1940, transcenderam o espaço brasileiro para incorporar outros “domínios” considerados portugueses. Por exemplo, nesta década, as suas perspectivas tiveram um acolhimento favorável em Cabo Verde, a ponto de se declarar que o “eminente sociólogo brasileiro” Gilberto Freyre, nas suas conferências na Europa reeditadas, em 1940, (com o título *O Mundo que o Português Criou*), apresentava um ponto de vista rico de sugestões que iam ao encontro daquilo que se pensava ser a tenacidade românica nos territórios ultramarinos de cunho português, reconhecendo que “Portugal, o Brasil, a África e a Índia Portuguesas, a Madeira, os Açores e Cabo

<sup>30</sup> Cf. NETO, Sérgio, *Ob. cit.*

<sup>31</sup> Cf. BARROS, Víctor. “Sob o signo da celebração do império: o discurso colonial e o mito da especificidade caboverdiana”. In: MWEWA, M., FERNANDES, G. e GOMES, P. (Org.). *Sociedades Desiguais: Gênero, Cidadania e Identidades*. São Leopoldo – RS – Brasil. Editora: Nova Harmonia, 2009.



Verde constituem hoje uma unidade de sentimento e de cultura”<sup>32</sup>. Nesta perspectiva, Cabo Verde era incontestavelmente apresentado como pertença e parte integrante do mundo considerado lusotropical, beneficiando, juntamente com o Brasil, de uma certa precedência temporal em relação ao que viria a constituir supostamente a civilização lusotropical: “colonização sedentária nos trópicos, de base agrária, com formação de uma população nova e de uma civilização antes inexistente, só no Brasil e em Cabo Verde”<sup>33</sup>.

Entretanto, sob o signo da fidelidade na apropriação dos postulados de Freyre para a interpretação da realidade social e cultural de Cabo Verde, desenvolve-se uma espécie de idolatria, tanto em relação às obras como também em relação ao apóstolo do lusotropicalismo. Uma idolatria manifestada na veneração prestada pela revelação que foi o contacto dos intelectuais em Cabo Verde com a obra *Casa Grande & Senzala*: “o entusiasmo foi tanto que [de entre eles] houve quem dormisse com *Casa Grande & Senzala* na banquinha da cabeceira, e o manuseasse com o mesmo fervor com que os crentes lêem as Sagradas Escrituras”<sup>34</sup>. Ao mesmo tempo crescia também a ânsia de um dia ver o sociólogo pisar as ilhas daquele arquipélago a ponto de, aquando do anúncio oficial da visita de Freyre a Cabo Verde em 1951, a convite do Estado Novo salazarista<sup>35</sup>, um dos intelectuais ter pronunciado: “raiou finalmente para Cabo Verde o dia de tam anciada visita. Este pedaço do mundo definido pelo eminente sociólogo, há muito tempo que andava a sonhar com a vinda do autor de *Casa Grande & Senzala*”<sup>36</sup>. Todavia, entre a visita do sociólogo brasileiro ao arquipélago e as suas considerações posteriores na não confirmação de Cabo Verde como um caso bem sucedido do mundo lusotropical, à semelhança do Brasil, ficaram goradas as expectativas, originando assim mágoas e desilusões no seio da intelectualidade cabo-verdiana na sequência das perspectivas por ele apresentadas sobre o arquipélago<sup>37</sup>.

---

<sup>32</sup> LOPES, Baltasar. “Uma Experiência Românica nos Trópicos I”. *Claridade*, nº.4, São Vicente, Cabo Verde, Janeiro, 1947, p.15; FREYRE, Gilberto. *O Mundo que o Português Criou*. 2ª Ed. Lisboa: Edição «Livros do Brasil», 1940, p.39.

<sup>33</sup> LOPES, Baltasar. *Art. cit.*, p.22.

<sup>34</sup> SOUSA, Teixeira de. “Uma visita desejada”. *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, nº.27, Praia, Dezembro, 1951, p.31.

<sup>35</sup> Sobre a apropriação oficial do lusotropicalismo pelo Estado Novo de Salazar, veja-se entre outros: CASTELO, Cláudia. «*O Modo Português de Estar no Mundo*»: *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

<sup>36</sup> SOUSA, Teixeira de. *Art. cit.*

<sup>37</sup> Este assunto está desenvolvido num outro trabalho nosso que se encontra em fase de publicação: BARROS, Víctor. “Lusotropicalismo e Caboverdianidade: o discurso de Gilberto Freyre e o contradiscurso de Baltasar Lopes”. (No prelo).

#### 4. Em jeito de conclusão

Por vezes desconhecemos a força que determinadas imagens detêm na sua relação com a memória dos discursos de um tempo (passado) que as colocaram em destaque. Um exemplo bem evidente desta asserção pode ser encontrada na forma como a apropriação de certos registos teóricos formulados para a interpretação da realidade brasileira, neste caso de Gilberto Freyre, serviu de bálsamo para a concepção de uma imagem identitária de Cabo Verde durante o período colonial (entre 1930 e 1950). Duas questões são fundamentais para percebermos esta problemática: primeiramente, a construção de uma narrativa por referência à acção colonizadora da metrópole, tanto para Cabo Verde como para o Brasil; seguidamente, a memória colonial que articula Brasil e Cabo Verde ao Atlântico, tanto por referência ao tráfico de escravos, como também por referência à miscigenação decorrente do trama histórico deste mesmo tráfico. Assim, mesmo quando reconhecemos a diferença subjacente à historicidade do processo de formação social, histórica e cultural de Brasil e de Cabo Verde, não podemos deixar de salientar que, relativamente a estes dois antigos espaços, o discurso colonial não deixou de pôr em destaque uma certa narrativa fundacional que buscava acentuar fundamentalmente o predomínio cultural de herança lusa. Assim, tanto para o caso brasileiro como para o cabo-verdiano, a problemática da mestiçagem, da assimilação e da representação cultural era vista como uma acção reveladora da força que o legado colonial luso/metropolitano impregnou nestas duas antigas sociedades coloniais, a ponto de se revelarem, cada uma em sua época, como pontos avançados de Portugal na América (para o caso do Brasil)<sup>38</sup> e na África (para o caso de Cabo Verde)<sup>39</sup>.

Nesta sequência, mesmo quando não vem explicitado, o Atlântico não deixa de estar subjacente a toda esta representação, sobretudo, quando tomamos em consideração o processo de encontros e desencontros, de trocas e de apropriações, de imposição e de incorporação material e simbólica das diferentes práticas e discursos (pacíficos e violentos) que articularam Portugal, Brasil, Cabo Verde e África durante o período colonial. Daí, o papel que o Atlântico desempenhou (e ainda desempenha) enquanto palco e complexo geopolítico, tanto na “produção” de factos históricos como também na construção e estruturação de teias de relações e de contactos entre os povos,

---

<sup>38</sup> Cf. PAREDES, Marçal de Menezes. *Fronteiras Culturais Luso-Brasileiras: Demarcações da História e Escalas Identitárias (1870-1910)*. Coimbra, 2007. Dissertação (Doutoramento em História) - Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

<sup>39</sup> Veja-se por exemplo: ANJOS, José C. Gomes dos. *Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde: Lutas de Definição da Identidade Nacional*. Porto Alegre: UFRGS. Praia (Cabo Verde): INIPC, 2002; FERNANDES, Gabriel. *Em busca da Nação: notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*. Florianópolis: Editora da UFSC. Praia (Cabo Verde): Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006; BARROS, Víctor. *Art. cit.*, 2009; NETO, Sérgio. *Ob. cit.*, 2009.

sobretudo quando estas relações são vivificadas pela memória do Atlântico como espaço de partilha.